rantes considerados de luxo) são qualquer coisa de estarrecer, contrastando, totalmente, com as fachadas dos estabelecimentos que, via de regra, são feitas a capricho. Capricho, pois, — é o caso de se dizer apenas de fachada...

E assim por diante, vários são os setores que estão a reclamar a intervenção da Secretaria da Saúde, cujos serviços de fiscalização e de comandos devem ser dinazinados para se fazerem presentes mais constante e ativamente, a fim de que a saúde de nosso povo não continue tão exposta a êsses riscos, riscos de fácil remoção e provocados tão-somente pelo descaso daqueles que, nas suas atividades, só se preocupam com o lucro, não se importando com os estragos que possam causar até mesmo à saúde dos seus semelhantes.

Dirigimos, pois, um apêlo ao Sr Secretário da Saúde, no sentido de que tome providências tendentes a tornar mais eficiente o Serviço de Policiamento da Alimentação Pública.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado José Lurtz Sabiá.

O SR. JOSE LURTZ SABIÁ — (Sem revisão do orador) — Sr Presidente, Srs. deputados, quando chegue a esta Casa apresentei um requerimento para constituição de Comissão Parlamentar relativa ao problema da Imprensa Oficial do Estado. Inclusive, visitei a Imprensa Oficial do Estado por várias vêzes, e à noite, observando "in loco" os trabalhos daquela centena de operários. Percebe V. Exa. ao abrir o "Diário Oficial" que vem completamente, ou quase em tôdas as suas colunas, com falhas, erros etc. Seria displicência dos funcionários? Não acredito. E' o local de trabalho que vive numa total inadequação, é a falta de higiene da Imprensa Oficial do Estado.

O meu requerimento foi para a Comissão de Constituição e Justiça e, depois, levado à Comissão de Obras e lá não chegou até agora. E' preciso dar andamento a êsse trabalho para que o Govêrno possa tomar providências enérgicas, construindo novo prédio para atender à Imprensa Oficial do Estado. Não pode o Estado, que tem a obrigação e o dever moral de zelar pela eficiência e fazer com que as entidades particulares respeitem essas determinações de higiene, de trabalho, permitir continue a sua imprensa num verdadeiro pardieiro, numa vergonha que é uma desmoralização para o Estado-líder da Federação, que deveria ter condições econômico-financeiras para construir um prédio para nêle alojar a Imprensa Oficial do Estado.

E' uma lástima, é uma vergonha, Sr. Presidente.

Espero que o meu requerimento venha, para que a Assembléia possa, através da Comissão de Obras Públicas, da qual sou membro, tomar as necessárias providências e para que o govêrno do Estado cumpra com sua obrigação moral, com o seu dever, tirando aquêles funcionários da Imprensa Oficial do Estado daquela imundicie, o que é até uma desumanidade.

Aqui fica, pois, o meu protesto por o meu requerimento não ter vindo e também contra a negligência do Govêrno, que dá êsse tratamento a centenas de funcionários que trabalham na Imprensa Oficial.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Chopin Tavares de Lima.

O SR. CHOPIN TAVARES DE LIMA — (Sem revisão do orador) — O que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, é o cumprimento de um dever: venho comentar, e pedir transcrição para essas palavras, a declaração feita no começo desta semana, em São Paulo, pelo eminente Ministro da Fazenda, ex-Governador Paulista, Carvalho Pinto. Não vou reler aqui as esclarecidas expressões que teve sôbre a situação nacional e os esforços do govêrno em ordenar os problemas do País, as esclarecidas expressões, repito, do homem a quem o Presidente da República com a aprovação entusiasta da maioria esmagadora da Nação, da Nação operosa, confiou a condução de nossa política econômica e financeira. Não me proponho também, embora mais do que justificadamente, comentar, à luz da realidade, as últimas medidas adotadas pelo eminente professor Carvalho Pinto, como por exemplo, a portaria 242 da SUMOC que dispõe sôbre a importação de certos produtos industriais. Não posso contudo deixar de salientar alguns trechos da declaração do Ministro da Fazenda, declaração que tranquilizou a opinião pública, esclareceu os mal-informados e colocou muitas coisas em seus devidos têrmos. "A concentração do Recife — disse entre outras coisas o Ministro, que nós conhecemos por sua serene objetividade no exame dos fenômenos políticos e sociais — a concentração do Recife foi uma demonstração de que as populações nordestinas esperam para seus problemas mais urgentes e mais prementes, soluções a curto prazo". A curto prazo, sim, mas "por dentro da ordenação pacífica dos dados da problemática nacional", esclarece o professor Carvalho Pinto. Não viu ali o Ministro, a quem não faltam e nisso concordamos amigos e adversários do ex-Governador — nem bom senso nem objetividade — barricadas nem trincheiras a serem abertas. Viu êle o que está lá para ser visto: "populações que aguardam solução para seu drama existencial".

Mais adiante — e estou entregando à Mesa, para transcrição nos anais, Sr. Presidente, êste pronunciamento do Minsitro da Fazenda — diz o professor Carvalho Pinto "O Brasil de hoje não é o de ontem, como não será o de amanhã. Os problemas aumentam, crescem e multiplicam-se, e as soluções se encontrarão através da modificação das estruturas superadas e de uma esclarecida e corajosa ação planificada".

Foi esta frase, Sr. Presidente, que encontrou em alguns setores embora reduzidos e isolados — o criticismo de uma dúvida que não pode ficar no ar. Pretende-se estranhar, num homem que governou São Paulo tão clara e retamente, tão objetiva e racionalmente, que êle considere "superadas" algumas estruturas. Pois será "tabu" considerar superadas algumas estruturas? Que tem distinguido os grandes vultos da história, senão o de reconhecer o que está superado na estrutura em que se encontram, para romper os laços cintingentes, libertando as coletividades, conduzindo-as para adiante, para a frente? Que exemplo, senão êsse, nos dá hoje êsse jovem e brilhante presidente norte-americano, êste inteligente condutor da grande nação democrática, John Kennedy, senão o de saber, entre o encastelamento odioso dos racistas e o grande impulso libertador dos negros segregados, romper as correntes que subjugavam — mesmo quando apenas simbòlicamente — tantos milhões de homens e mulheres? Reconhecer que uma estrutura está superada não é pretender destruir as estruturas em que se assentem o regime democrático, a vida do País: é pretender reforçá-las. Se entre os pilares de uma construção existe um que está corroído, seria sandice não substitui-lo. E o que mais parece ter causado estranheza? O fato de ter-se referido, o prof. Carvalho Pinto, à "esclarecida" e corajosa ação planificada". Pois o que é que tem caracterizado a obra do atual ministro da Fazenda: a sua estrita obediência a critérios racionais do govêrno: a sua preocupação em planificar, com ousadia e grandeza; o seu horror à improvisação, marca indelével dos políticos sem escrúpulos e sem patriotismo; o distanciar-se a qualquer forma de amadorismo, de diletantismo no trato da coisa pública.

O govêrno do Sr Carvalho Pinto foi um govêrno de planos concretos: foi o govêrno do Plano de Ação, do primeiro e do segundo planos; foi o govêrno de equipe, de trabalho em conjunto. Foi um govêrno técnico. Sua gestão no Ministério da Fazenda continua a ser a gestão de um homem que trabalha com uma equipe, obedecendo a planos, cuidadosa, honesta e objetivamente traçados. E finalmente, Sr Presidente, que significa uma "corajosa e esclarecida ação planificada?" Significa traçar um plano de gestão econômico-financeira e executá-lo mesmo se com isso se atingirem privilégios e se ferirem interêsses de alguns, porque ferindo interêsses e atingindo privilégios, Sr Presidente, estaremos o Ministro da Fazenda e nós, derrubando as barreiras ao verdadeiro progresso do nosso País.

Outro assunto, Sr. Presidente, aproveitamos a oportunidade para ler, a fim de que se consigne nos Anais dêste Parlamento o recente manifesto lançado ao proletariado brasileiro, pela Juventude Operária Católica, elaborado por aquela entidade em congresso realizado de 1 a 6 de Julho p.p., na cidade de Campinas, neste Estado.

E é, Sr Presidente, com grande alegria que, na qualidade de militante da Ação Católica Brasileira, verifico que um dos seus mais importantes setores manifesta-se, em firmeza e lucidez, sôbre problemas políticos sociais, econômicos e culturais de nossa Pátria.

Congratulo-me, pois, com dirigentes e quadros da J.O.C. por estar nesta hora histórica do Brasil, colaborando para que nos libertemos das amarras de país subdesenvolvido e alcancemos, o quanto antes, para o povo brasileiro, uma estrutura mais humana, fraterna e cristã.

Com os meus efusivos cumprimentos à J O C., reafirmo, com mais alegria, agora, desta tribuna, que dest esteja meu mandato de deputado estadual a serviço dos ideais daquêle setor da Ação Católica Brasileira — que sem se confundir e com firmeza traça o caminho para a juventude trabalhadora do Brasil, conduzindo-a sob a inspiração dos ideais que nos foram ensinados pelo Filho do Carpinteiro de Belém

Passo, Sr. Presidente, a ler o manifetso que se segue:

Manifesto

Ilmo Sr. Presidente da República,

Às Autoridades Competentes

À Opinião Pública em geral.

Nêstes momentos amargos por que passa o Povo Brasileiro e especialmente a Classe Operária, não poderíamos nos omitir como movimento representativo e apostólico da Juventude Trabalhadora, deixando de dar nossa definição ante angustiosos problemas.

Nós, dirigentes da Juventude Operária Católica, da Região Sul (São Paulo), reunidos em Conselho Regional em Campinas, de 1 a 6 de julho de 1963, queremos manifestar o nosso apoio radical às reformas estruturais que o povo brasileiro exige.

Afirmamos: Como princípio básico de tôda e qualquer reforma o respeito à dignidade da pessoa humana, rejeitando tôda solução que torne o homem escravo da máquina, da produção e do Estado.

Exigimos: Uma reforma agrária radical que tenha como objetivo o camponês, possibilitando-lhe o acesso à terra e os meios com: crédito, assistência técnica, social e cultural.

Exigimos: A emenda da Constituição no artigo 141, parágrafo 16, sem a qual não acreditamos em uma reforma agrária autêntica que beneficie o povo brasileiro.

Exigimos: A reforma urbana que venha dar a todo o cidadão brasileiro uma habitação própria e digna.

Exigimos: A reforma da emprêsa que concede aos trabalhadores a participação na sua direção e nos seus lucros.

Exigimos: A extinção do analfabetismo e a democratização do ensino franqueando aos trabalhadores o ingresso nas escolas industriais e superoires.

Exigimos: A reforma eleitoral que possibilite o voto ao analfabeto, voto distrital, cédula única, que reprima os abusos de propaganda de candidatos abastados.

Repudiamos: Tôda ingerência externa que impede o nosso desenvolvimento, como nação soberana e livre, a todos provocam a manutenção da miséria e submissão a interêsses estranhos, a todos os movimentos e organizações chamadas trabalhistas, que provocam a divisão da classe operária.

Conclamamos: A todos os jovens trabalhadores que participem ativamente do Sindicato de sua categoria profissional.

A operários, camponeses, estudantes que se unam e sejam solidários nas organizações e movimentos autênticos, exigindo dos poderes constituídos da República, as reformas básicas de que o povo carece.

p| Juventude Operária Católica

As.) Edson Rossetto, Amaro Vieira da Silva, Carlos Barbosa Silva

Seguem mais 23 assinaturas de dirigentes da Juventude Operária Católica de várias cidades do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Nelson Pereira.

O SR. NELSON PEREIRA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, é uma das funções específicas dos representantes do povo, e uma das mais importantes, o zêlo constante pelo bem-estar da coletividade e de tudo aquilo que se relaciona, direta ou indiretamente, com as condições de vida de cada cidadão.

A educação e a cultura, a saúde e a higiene, a segurança e a proteção, a habitação e os transportes, e inumeros outros setores estão sempre a demandar cuidados especiais por parte dos poderes competentes e, com justa razão, por parte daqueles em quem tantos depositaram suas esperanças e outorgaram créditos de ilimitada confiança.

A par do problema fundamental da subsistência física e do mínimo exigível para isso, outros há, que por suas características e consequências, precisam, com a mesma intensidade de ação, ser apontados, equacionados e, como solução ideal, resolvidos.

Assim é que, Sr. Presidente e nobres deputados, não será lícito, a cada um daqueles que têm uma parcela de responsabilidade na formação das gerações futuras, ignorar a perniciosa influência e a ação corruptora que possam ter os veículos de divulgação, inadequadamente utilizados no que respeita à seleção da matéria levada diàriamente ao público.

E é em virtude da licenciosidade impune de divulgações que atentam contra os princípios fundamentais da moral e de nossa formação cristã que assumo a tribuna para, como deputado e como pai, protestar veementemente contra êsses abusos e desmandos que empanam e desvirtuam o sentido correto da verdadeira imprensa.

Existe, Sr. Presidente e nobres deputados, desde 25 do mês passado, decreto do Executivo Federal que, a par da regulamentação da profissão de radialista, estabelece novas normas para o rádio e a televisão, que deverão vigorar a partir de janeiro de 1964.

Entre estas normas, ressalta a proibição terminante dos filmes para televisão que tenham por tema fatos policiais, "far-west" ou sexo.

Mas, não só a televisão, através de filmes de conteúdo pernicioso, poderá tornar-se má conselheira. Basta que se atente para a maneira indecorosa e chocante como são anunciados e nos jornais, que, diàriamente, levamos para o nosso lar, e exibidos em cartazes à porta das casas de espetáculos localizadas em pleno centro da nossa cidade, determinados filmes sôbre sexo, verdadeiro ultraje aos mínimos ditames da decência, do decôro.

Não nos anima ao externarmos a nossa aversão à prática tão condenável, o puritanismo piegas de pseudos moralistas. Anima-nos, isto sim, a mais viva repulsa a êsse sistemático envenenamento de uma geração, que pelas próprias contingências dos dias que vivemos, já é constantemente solicitada por sortilégios e engôdos de teor e procedência as mais degradantes.

Que aquelas páginas, tão impròpriamente utilizadas, passem a abrigar matéria que mais se coadune com o que é justo e lícito de esperar-se de uma imprensa que tantos benefícios têm prestado à coletividade, no sadio afã de informar e bem orientar aquêles que buscam, na leitura diária dos jornais, uma contribuição a mais para o seu aprimoramento e um elemento novo para sua formação.

E' chegado o momento de acabar de uma vez por tôdas com essa perniciosa forma de publicidade que vem sendo adotada por inescrupulosas firmas exibidoras desta Capital. Esperamos que as autoridades competentes abandonem a posição de indiferença que assumem diante dêsse grave problema. Não pode es compreender a impunidade que cerca êsses corruptores sociais.

O que os imuniza contra os remédios legais? Quem os proteje? Quem os ampara nesse escandaloso e desassombrado atentado ao pudor? Quem nos responda o Sindicato das Emprêsas Exibidoras. Que nos elucide o M. Juiz de Menores. Que nos esclareça o Sr. Dr. Diretor da Divisoão de Divertimentos Públicos.

Quem e afinal o responsável por esse descalabro?

Quem é êsse poderoso intocável, que encabeça essa "gang" de perversão?

Aguardamos, e com impaciencia, Sr. Presidente, que as autoridades competentes ponham côbro a êsse inominável abuso

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Raul Schwinden.

O S. RAUL SCHWINDEN — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, esta Assembleia não pode mais tolerar de forma alguma a presença do Padre Baleeiro na Secretaria da Educação! Sua Excelência é irresponsável, não respeita sequer o lider da Maioria nesta Casa Acredito que o próprio nder da Maiorio, Sr. Hilário Torloni, deveria exigir o seu afastamento. E V. Exa. em defesa da dignidade desta Casa, deve tomar agora enérgicas providências. Em oficio que dirigiu a esta Assembléia, disse o sinistro padre:... que por equivoco atribuiu o pagamento de alguns dêsses convênios às verbas do Fundo Estadual de Construções Escolares, pagamentos êsses que seriam efetuados a partir de próximo ano.

Ora, Sr. Presidente Srs. deputados, para só citar dois convênios, vejam o que consta dos "Diários Oficiais", de 5 e 9 de julho último, às páginas 33 e 31, respectivamente:

Verba: "O convênio corre, no presente exercicio, pelo Fundo Estadual de Construções Escolares, e nos demais pelas verbas próprias do orçamento".

"O convênio corre pelo Fundo Estadual de Construções Escolares no presente exercicio e por verbas próprias do orçamento nos exercicios subsequentes".

Está bem claro: no presente exercicio.

O Sr. Secretário não fôsse a interferência da APESNOESP, iria lançar mãos do Fundo Estadual de Construções Escolares e mais ainda: no presente exercicio, mas o piedoso padre, naturalmente, vai dizer que seus assessores se enganaram novamente, ao redigirem o oficio que encaminhou ao sr. Hilário Torloni?.

Bem diz Pedro Leite, na "Fôlha da Manhã", de hoje.

QUIABADA

Baleeiro é das arábias. Os 3,5 bilhões desviados do ensino público? Ah: cochilo dos meus assessores, não tenho nada com isso... como se vê, o padre, em materia de responsabilidade, quiaba como um danado. "Quiabar", em Barreto, quer dizer tirar o corpo depois do negócio feito.

Sr. Presidente e Srs. deputados, os professores primários de todos os cantos do Estado de São Paulo estão exigindo a Referência "53" como inicial para o magistério primário

Em apoio a estas justas reivindicações, a Câmara Municipal de Piracicaba aprovou a seguinte indicação do vereador Lázaro Fenteado Fagundes:

(Lê) "Considerando que o professor primário, êsse abnegado quase